

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ

OS AÇORES NA FILOSOFIA E NA CULTURA

ESTUDOS II

Título

Os Açores na Filosofia e na Cultura

Estudos II

Autor

José Luís Brandão da Luz

Edição

© Letras Lavadas edições

Ponta Delgada, Janeiro de 2022

Capa, paginação e execução gráfica

Nova Gráfica, Lda. - Ponta Delgada

Depósito Legal: 493080/21

ISBN: 978-989-735-364-2

PUBLIÇOR – Publicações e Publicidade, Lda.

Rua da Praia dos Santos n.º 10 – S. Roque

9500-706 Ponta Delgada

Telefone 296 630 080 | Fax 296 630 089

E-mail: publicor@publicor.pt | www.publicor.pt

© Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização expressa do autor e editor.

6

MANUEL DE ARRIAGA: O PRESIDENTE ARISTOCRÁTICO, “SENHOR DA CANA-VERDE”

Sou chefe de um Estado sem Exército, sem Marinha,
sem dinheiro ..., Manuel I, Senhor da Cana-Verde.

Manuel de Arriaga

1. O sonho pacificador do presidente

Este desabafo, que João Pinheiro Chagas teria ouvido ao presidente Arriaga¹, resume, numa toada de desalento, o estado de alma do chefe supremo de um regime que prometia remir a Pátria de todos os males que a arruinavam. É a confissão do desfazer de um sonho, acalentado desde a juventude, e que manteve a pulso na presidência da república, até se exaurir definitivamente com a sua atribulada saída de cena da vida política.

Manuel de Arriaga assumiu a primeira presidência da república em condições extremamente precárias, «sem casa, sem dinheiro, sem meios de transporte, sem secretário, sem protocolo, sem conselho de Estado, ou outro equivalente para os casos mais graves que iam naturalmente emergir num regime novo servido por inexperientes, começando por nós»². Todo o seu mandato foi permanentemente atormentado por uma agitação política adversa, que chegou a ser sangrenta, e um isolamento confrangedor, sentido como total abandono, em particular por ocasião da carta-programa que dirigiu aos três chefes partidários a propor medidas urgentes e um acordo para um governo extrapartidário³.

¹ Cf. Maurício de Oliveira, *O Drama de Canto e Castro. Um Monárquico na Presidência da República*, p. 100.

² Manuel de Arriaga, *Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um Rápido Relatório*, p. 89.

³ Cf. *ibidem*, pp. 232-236 e 163 e ss.

No discurso que Arriaga proferiu na Assembleia Nacional Constituinte, a 24 de agosto de 1911, quando é eleito com mais de 15% de votos que o seu adversário direto⁴, enuncia os altos ideais que irão guiar a sua magistratura. Nas poucas palavras que pronunciou, o autor de *Harmonias Sociais* e de *Cantos Sagrados* aponta, com elevação e enlevo, mais doutrinário que programático, as linhas de força que irão inspirar a sua atuação. A par da defesa intransigente da liberdade, com eliminação dos privilégios que ofendem a igualdade de todos os portugueses, da reabilitação da honra da Pátria aos olhos do mundo e da reposição da justiça aos oprimidos, o novo presidente aponta como grande desígnio da sua magistratura «chamar à conciliação, à paz, à ordem, à harmonia social a família portuguesa». O seu propósito mostra-se claramente orientado para a tarefa de curar o país das feridas abertas pelo corpo legislativo e pela atuação, sectária e divisionista, do governo provisório que acabava de cessar funções. Era imperioso recuperar para o país os ideais de harmonia, paz, tolerância, verdade e justiça que os seus discursos parlamentares propalaram e a sua produção ensaística e mesmo poética teorizaram e exaltaram. O seu inabalável propósito estendia-se a todo o povo português:

reunir a família portuguesa, sem distinção de confissões, de seitas e de partidos, em volta da Pátria (...). Grandes e pequenos, ricos e pobres, católicos e protestantes, judeus e livres-pensadores, todos enfim tinham o seu lugar garantido dentro da Constituição e nenhuns obstáculos deviam levantar-se para quem quer que fosse que quisesse servir a Pátria desventurada onde nasceu e que bem carecia do auxílio de todos os seus filhos⁵.

A tónica era assim colocada nos elos familiares que deveriam unir todo o povo português, filhos de uma mesma mãe, velha, doente e a implorar auxílio, assumindo o presidente da república, de «velhice radiosa»⁶, no gracejo malicioso de Bernardino Machado, a nobre missão de *pater familias* que os haveria de conduzir unidos, mesmo contra a própria vontade, pelo caminho da prosperidade e do progresso que ele não se cansou de apontar. Foi uma jornada que só conheceu insucessos, embora, aqui e ali, aparecessem alguns episódios encorajadores, mas que, depressa, se desvaneciam.

⁴ Cf. *ibidem*, «Estudo introdutório», p. 25.

⁵ *Ibidem*, p. 88.

⁶ «Conta-se que o Dr. Bernardino Machado, que já fora candidato aquando da eleição do Dr. Manuel de Arriaga, como seria depois em todas as outras, exceto nas de Sidónio, Canto e Castro e Carmona – ao verificar que estava derrotado, teve este comentário para Arriaga: destronámos um rei Manuel, que diziam de mocidade radiosa, e elegemos um presidente Manuel, de velhice também radiosa» (Maurício de Oliveira, *O Drama de Canto e Castro*, p. 100).

O que teria animado o velho presidente a não se deixar vencer pelas vicissitudes das crises que as suas iniciativas não eram capazes de apaziguar, é uma pergunta que alguns autores, procurando sondar os segredos da alma humana e até mesmo o fio condutor da história, não deixaram de formular. José Guilherme Reis Leite, que associa a sua elevada qualificação de historiador a uma longa experiência política, olha com desconfiança esta atitude de Arriaga, que lê como a determinação de «um Presidente interveniente e seduzido pelo poder»⁷. Em sua opinião, Arriaga manteve-se continuamente concentrado no seu projeto presidencial que consistia em fazer «vir para nós os que de nós fugiram», conforme, em jeito de exortação, remata o discurso programático, de 1911, na Constituinte que o elegeu. A conciliação nacional tornou-se o desígnio que o impediu de capitular perante as adversidades que tornavam esta tarefa impossível de cumprir. Pelo seu lado, João Medina compreende a perseverança de Arriaga como os pródromos de um «drama coletivo» que conduziram o regime «à degola bracarense de 1926». A forma como Arriaga exerceu a sua magistratura enfermou de um equívoco que se mostrou desastroso, pois, ao procurar gerir as sucessivas crises governamentais pelos imperativos duma “ética da convicção”, pôs de lado as orientações que uma “ética da responsabilidade” lhe poderia oferecer⁸. À ação política não basta conformar-se com normas e princípios gerais da consciência individual, exigência que Arriaga não se cansou de lembrar nos seus discursos e cartas, mas há que atender à dinâmica da vida política, ou seja, à relação de forças em confronto, designadamente a que a vontade popular dá a conhecer pelo escrutínio eleitoral.

A pergunta mostra-se complexa e não se espera, certamente, que uma resposta possa ser dada de forma simples. Cremos, no entanto, que os dois autores a que aludimos, para além do mérito de a terem formulado, apontam para elementos que se enriquecem mutuamente e se completam. Não poderemos pensar que a tenacidade de Arriaga não tivesse sido assistida pelo sabor dos desafios duma gestão política exigente, que o colocou permanentemente no fio da navalha. Todavia, a determinação em fazer cumprir o seu “programa” de conciliação nacional dificilmente poderia ter perdurado, por um período tão dilatado de tempo e com tão grandes dissabores, se não fosse inspirada por convicções muito firmes de que a sua obra teórica e poética se encarregou de

⁷ José Guilherme Reis Leite, «Manuel de Arriaga como Presidente da República ou a missão impossível», p. 349.

⁸ Cf. João Medina, «Manuel de Arriaga, “O Rei Lear da República”», p. 71.

expor e enaltecer⁹. A conjugação dos dois fatores teria permitido ao presidente poeta encarar a sua magistratura como uma missão a cumprir. Era a ocasião única e irrecusável de dar corpo à visão política que expôs em *Harmonias Sociais* e nos seus discursos parlamentares, ou seja, de realizar, na prática, os ideais de justiça e liberdade que cumpriria ao Estado republicano de direito assegurar, e de que ele seria, com gosto, o grande artífice.

A participação de Arriaga na condução política dos primeiros anos da República constitucional não deixa de suscitar, pela tenacidade que pôs na defesa dos seus ideais, um paralelo com o envolvimento de Platão na Oligarquia dos Trinta que governou Atenas e, de seguida, no governo da democracia restaurada, após a queda daquele regime. Todavia, Platão fez esta experiência em plena juventude, muito embora a sua motivação, como esclarece na Carta VII¹⁰, pudesse não ter sido diferente da que teria movido o presidente Arriaga. Apesar dos desmandos que contaminavam a vida política de Atenas, Platão não a abandonou porque, pelo menos por algum tempo, manteve a esperança de a tornar mais justa: «eu sempre esperava o melhor momento para agir», confessa o filósofo, como a querer justificar porque persistiu numa experiência que não deixou de ser dolorosa, por ter tido de lidar com a perseguição, julgamento e condenação do seu mestre e amigo Sócrates.

Em ambos os casos, claramente se percebe que a esperança em melhores dias teria tido uma força sedutora para enfrentar as dificuldades, até mesmo as mais atrozes. Não seria fácil conceber que os dois autores mantivessem os seus compromissos políticos se não alimentassem a crença de, pela sua clarividência e influência, poderem vir a semear, num Estado mal governado, os germes da verdadeira arte de o governar. Um propósito que ambos falharam! Platão assistiu impotente ao julgamento e condenação à morte de Sócrates e quando, cerca de dez anos depois da sua estreia nas tarefas políticas, pretendeu voltar a elas, desta vez para instruir o tirano de Siracusa dos critérios de justiça que deveria utilizar para governar a cidade, acabou rejeitado por ele e vendido como escravo. Arriaga, que foi sobrevivendo às sucessivas crises

⁹ A nota preliminar que dá corpo ao capítulo I do *Relatório* Arriaga evoca precisamente *Harmonias Sociais* que diz enunciarem as linhas gerais orientadoras duma verdadeira organização do mundo interior e do que deverá ser a sua atuação política. Estes princípios fazem-no diferente do modelo dominante da «política como ela se pratica em Portugal», que enferma duma inautenticidade que o desgosta. Por isso, remete ainda para *Cantos Sagrados*, em que faz a exaltação «duma nova religião, a da Humanidade ao serviço do Belo, do Bem e do Justo», que deverá nortear toda a ação humana, mesmo a que tem lugar nos campos da política.

¹⁰ Carta VII, 324b-326b.

que o obrigaram a formar oito governos, em 4 anos incompletos, acabou por sucumbir a uma dessas crises, que foi desencadeada pela nomeação do governo extrapartidário do General Pimenta de Castro, de constitucionalidade duvidosa¹¹. Sem o apoio do Parlamento e a forte oposição dos democráticos, a sua iniciativa acabou por suscitar um clima de suspeições em redor do general, tido por monárquico e acusado de conspirar contra a integridade do regime. A movimentação política que se desencadeou em defesa da república ameaçada, contou com o levantamento da marinha, que bombardeou Lisboa a partir dos seus navios de guerra fundeados no Tejo. O sangrento conflito, que feriu de morte, no dizer de Arriaga, «filhos da mesma pátria»¹², forçou a nomeação de novo governo, com a subsequente anulação da legislação e das medidas tomadas pela ditadura, assim como a realização de eleições. A renúncia do Presidente da República veio a seguir, e, com ela, um final de vida de isolamento e esquecimento, em que o velho presidente tomou sobre si o ignominioso estigma de «criminoso político» que era, segundo o seu juízo, a forma como o povo e os dirigentes políticos, impiedosamente, o recordavam ainda¹³. Foi o corolário de uma missão impossível em que, obstinadamente, procurou juntar as suas convicções aos sentimentos mais estremecidos de uma grande maioria do povo que não votava, mas que lidava mal com as agressões que abalavam a sua ancestral sensibilidade. A iniciativa pessoal do governo de Pimenta de Castro, sem apoio parlamentar, acabou por ser o erguer da taça do veneno que o vitimou!

2. As tribulações do mandato

Arriaga mostrou sempre estar do lado dos que não se reviam no radicalismo das medidas que foram tomadas pelo governo provisório que, como se sabe, abriram um período de perseguição à Igreja e fez exilar os opositores. A sua magistratura iniciou-se sob o signo da conciliação,

¹¹ O 7.º ministério teve na pasta da Instrução Pública o Açoriano, natural do Faial, Manuel Goulart de Medeiros (1861-1947), que pertenceu ao Centro Republicano Federal, juntamente com Manuel de Arriaga e Teófilo Braga, e foi depois deputado da Assembleia Nacional Constituinte, onde tomou parte ativa na discussão da constituição, apresentando propostas de teor federalista (Cf. José Luís Brandão da Luz, «O federalismo no ideal da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga», em *Os Açores na Filosofia e nas Ciências – Estudos I*, Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, 2018, p. 169 e João Bosco Mota Amaral, «Um Açoreano na fundação da República: Manuel Goulart de Medeiros e o seu projeto de Constituição», pp. 135-145).

¹² Manuel de Arriaga, *Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um Rápido Relatório*, p. 217.

¹³ Cf. Augusto de Castro, «Um pobre “criminoso político”: Manuel de Arriaga», pp. 257-258.

como começámos por lembrar, alinhando as suas preferências pelas hostes conservadoras, chefiadas por António José de Almeida e Brito Camacho, embora, a contragosto, o quadro parlamentar o forçasse a soluções governativas apoiadas pelos democráticos, que representavam a orientação política mais radical do regime. Foi assim que os primeiros ministérios foram organizados com a preocupação de congregar o consenso político das principais forças partidárias do parlamento. Inicialmente, de composição extrapartidária, logo evoluíram para «concentração com delegados de todos os partidos»¹⁴. Mantiveram-se pouco tempo no poder, e foram caindo, sucessivamente, conforme iam variando os humores dos chefes partidários. O 4.º ministério foi constituído, a meados de 1912, em exclusivo pelo partido democrático que, entretanto, tinha formado na Câmara dos Deputados um grupo parlamentar com maioria suficiente para governar. Antes de entregar o ministério a Afonso Costa, o Presidente Arriaga ainda tentou que António José de Almeida, chefe do partido evolucionista, procurasse o apoio parlamentar que lhe permitisse formar governo, o que não conseguiu, em virtude de os independentes não apoiarem a proposta de amnistia dos presos políticos que o governo anterior havia aprovado, a instâncias do presidente da república. Esta situação é bem ilustrativa da instabilidade política que se vivia, assim como da falta de fundamento dos reparos que os partidos dirigiam ao presidente, acusando-o de favorecer os democráticos. Arriaga, que se lastimava da injustiça dessas críticas, reagiu assim:

Nunca os partidos de oposição quiseram ver a impossibilidade em que nos víamos de governar fora da ação do partido democrático sem lhe antepormos uma força parlamentar superior à sua em votos que o contivesse nos seus ímpetos de poderoso e triunfador (...). Não queriam ver que a culpa não era nossa mas principalmente deles porque cada um *de per si*, menos forte do que o seu adversário, unindo-se podiam ser mais fortes e habilitar-se a governar como eles tinham feito¹⁵.

A instabilidade que afetou o ministério de Afonso Costa começou a manifestar-se, desde início, pela falta de cooperação entre o executivo e o senado, em que os democráticos não eram maioritários, assim como pelo rol de queixas que chegava à presidência da República, a que se associava a irrespirável atmosfera

¹⁴ Manuel de Arriaga, *Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um Rápido Relatório*, p. 145 e 149.

¹⁵ *Ibidem*, p. 194.

de ódios e intrigas que levaram o presidente a intervir. Surge neste contexto a carta programa que Arriaga endereçou aos três chefes partidários a propor-lhes um pacto de regime, que, concedendo tréguas aos conflitos partidários, conseguisse apoio do Congresso para um governo extrapartidário que preparasse o orçamento de Estado e as eleições, mas que promovesse, ao mesmo tempo, a conciliação nacional, por meio da revisão da lei da separação e a concessão de ampla amnistia aos denominados crimes políticos. O presidente do ministério recebeu a ideia de constituir um novo ministério como uma afronta ao seu governo, «uma inequívoca desconfiança em relação ao ministério atual»¹⁶, pelo que pediu a demissão coletiva do executivo.

A solução encontrada foi sol de pouca duração! O ministério de Bernardino Machado, alinhado com os democráticos, apresenta-se no parlamento disposto a dar seguimento aos propósitos da carta-programa, de realizar uma política de «confraternização nacional». O presidente Arriaga revia-se com algum entusiasmo no novo ministério, constituído, afirmava ele, «pela *élite* de homens de ciência (...), porque a ciência será afinal a mensageira da paz universal, a voz irredutível da Verdade, e a Verdade o onnipotente instrumento da Justiça»¹⁷. As luzes do conhecimento eram para o sonhador presidente, o garante de uma ordem política justa, conforme já o tínhamos visto discorrer na sua produção ensaística e poética, mas também em muitos discursos que proferiu no parlamento e fora dele. Este teria sido um ponto alto da atuação presidencial em que, seguindo o lema platónico, aproveitou as boas ocasiões para intervir! Porém, a eclosão da Primeira Grande Guerra interrompeu subitamente este auspicioso projeto! A forma tímida como o governo resolveu a oposição que dividia a Câmara dos Deputados, quanto à oportunidade da participação no conflito e o alinhamento a tomar, desencadeou uma onda de contestação ao governo que acabou por se demitir.

O agudizar do conflito que se gerou entre o exército e o novo governo de Azevedo Coutinho, apoiado pelos democráticos, teve o seu epílogo no «movimento das espadas». Arriaga receava, escreve no seu relatório, «qualquer golpe audacioso do partido democrático, contra as ocorrências graves que estavam já a dar-se entre o governo e alguns representantes do exército, que rapidamente podiam precipitar o começo da guerra civil, que era nosso intento evitar a todo o custo»¹⁸. Deste modo, perante o pedido de Azevedo Coutinho para que lhe fossem concedidos poderes extraordinários para

¹⁶ *Ibidem*, p. 168.

¹⁷ *Ibidem*, p. 188.

¹⁸ *Ibidem*, p. 210.

neutralizar a revolta militar que estava a alastrar, Arriaga, que recusou liminarmente o pedido, abriu caminho à demissão do governo, procedendo de imediato à nomeação do General Pimenta de Castro, que organizou um ministério esmagadoramente constituído por oficiais do exército e da marinha. O governo, que acabou por suspender o parlamento, de maioria democrática, e governar em ditadura, foi derrubado pela revolução armada que eclodiu em Lisboa, a 14 de Maio de 1915. O levantamento provocou centenas de mortos e feridos, contou com a participação da marinha, de parte do exército e da maçonaria. A queda do governo de Pimenta de Castro foi exigida para a assinatura do armistício, tendo o presidente Arriaga nomeado um governo extrapartidário e entregue, de seguida, o seu pedido de resignação. Saiu de cena com o labéu de ter provocado um golpe de Estado, ao nomear o General de forma meramente arbitrária, sem respeitar a norma constitucional que prescrevia que a escolha recaísse no partido maioritário da Câmara.

O presidente não tinha poder para nomear um governo de sua iniciativa, nem tão pouco possuía a faculdade de o destituir. Pelo contrário, a nomeação de qualquer governo estava dependente do apoio que o Congresso lhe concedesse, competindo-lhe aprovar ou rejeitar o respetivo programa de governo que fosse proposto. Tais requisitos tornavam a nomeação do General Pimenta de Castro um ato que muitos não hesitaram em classificar de golpe de Estado. Tratou-se, na verdade, duma jogada de antecipação, em que o presidente, perante o pedido de poderes extraordinários, solicitado pessoalmente por Azevedo Coutinho para assegurar a paz ameaçada pela agitação do exército, responde com um contragolpe. Arriaga recusava capitular perante a estratégia dos democráticos de controlo absoluto do Estado, provoca a demissão do governo e procede de imediato à nomeação de Pimenta de Castro. Apostou tudo o que tinha e também o que não tinha num lance de vida ou de morte que acabou por ser fatal. Na giratória do tambor do revólver, a bala ficou engatilhada na câmara e saiu disparada. A aposta revelou-se mortal e o presidente sucumbiu, sem que ninguém se chegasse para o amparar! O drama atingiu o seu máximo, e tudo ficou consumado, abatendo-se sobre ele a laje fria do esquecimento!

3. O presidente-mártir

Impotente para impor ao país um rumo político de conciliação, que o libertasse do radicalismo em que estava afundado, Arriaga evoca o seu passado de combate e resume, em jeito de balanço, toda a sua magistratura presidencial neste pungente desabafo:

Nestas condições é triste senti-lo, e mais triste ainda confessá-lo, sozinhos valíamos talvez um pouco mais do que quando éramos presidente da República, quase um simulacro de soberano, a quem os inimigos do regime podiam aplicar a ironia da lenda judaica, chamando-nos Senhor da Cana-Verde¹⁹.

A insígnia da autoridade real ou do poder efetivo de marcar o andamento dos negócios do Estado tornava-se, em suas mãos, um adereço desfigurado e destituído de significado. Não passava de um atavio grotesco, motivo de escárnio, totalmente esvaziado da força que outrora representava para reger o andamento da carruagem do poder. Esta corria, aliás, completamente desamarrada, sem que ninguém a pudesse refrear e dirigir com segurança! A evocação da simbologia do poder absoluto, assim posta a ridículo, não deixa de assumir, sem disfarces, o martírio que foi a sua magistratura. Apesar de, à maneira de Platão, procurar sempre a melhor ocasião para intervir, debateu-se tenazmente com a incapacidade invencível de implantar no terreno o que o seu pensamento visionava, pelo que a sua atuação acabou por constituir apenas o 1.º ato de um drama, que prosseguiu depois na direção do seu desfecho trágico, conforme a visão de João Medina e de outros mais.

Arriaga sempre lastimou a sua falta de poder para conferir ao país um destino conforme «o poder espiritual dos nossos tempos, emanado da Razão, do Direito e da Justiça»²⁰. Esta incapacidade manifestava-se de modo particular nas persistentes dificuldades que sentia em ver atendidas as suas propostas para dar satisfação aos pedidos que lhe eram endereçados, de modo especial, os que visavam a pacificação do país. Nas considerações que tece em redor das respostas às reclamações de alguns prelados da Igreja a solicitarem medidas para normalizar as difíceis relações com a República, é claro em admitir:

pela nossa parte não teríamos dúvidas em proceder à revisão da lei da separação e atender a algumas das reclamações apresentadas pela Igreja (...) e que para com ela pode haver menos aspereza e rigor do que os empregados no tempo do governo provisório, ainda sob a ação do espírito revolucionário e triunfante²¹.

¹⁹ *Ibidem*, p. 193.

²⁰ *Ibidem*, p. 135.

²¹ *Ibidem*, pp. 100-101.

Esta ideia de apaziguamento não só orientou as diligências do presidente para a revisão da referida lei, mas inspirou também a proposta de indulto que apresentou ao governo de Duarte Leite, para fazer regressar às suas dioceses os bispos e padres que os acompanharam no exílio. A proposta, que não logrou obter qualquer acolhimento, foi mesmo considerada, pelo presidente do ministério, extemporânea e um sintoma de fraqueza face aos membros da Igreja que, segundo ele, não modificariam a sua oposição ao regime, mesmo se aceitassem o indulto. Num tom admonitório que não deixa de espelhar um indisfarçável cinismo, Duarte Leite escusa-se a aceitar a proposta do presidente, alegando judiciosamente, transcreve Arriaga no seu *Relatório*: «É preciso não tirar ao tempo os seus direitos. As florações prematuras (...) não vingam de modo a produzir fruto»²².

A recusa do indulto não fez esmorecer o seu empenhamento pacificador da sociedade portuguesa, e a sua agenda política não deixou cair a urgência da revisão da lei da separação. Um tópico permanentemente adiado, mas sempre retomado, quando a boa oportunidade surgia! Arriaga mostrou sempre grande persistência em pôr cobro, como escreve em carta endereçada ao bispo-conde de Coimbra, aos «exclusivismos sectários e irritantes»²³, que conturbavam a vida política nacional. Para desanuviar e restabelecer a serenidade da atmosfera do país, haveria que fazer triunfar «um poder mais forte, que há de dominar tudo e todos: a Razão, o Direito, a Lei, a Ciência e a Justiça»²⁴, conforme se exprime na carta ao Patriarca de Lisboa.

O presidente não alterou a sua antiga convicção de que o poder da razão estava a impor-se por toda a parte e a ocupar o espaço que era reservado à crença religiosa, que tendia a desaparecer. Todas as diligências que efetuou para promover «a conciliação da família portuguesa» não significam que tenha revisto a sua leitura da história que encaminhava as sociedades, segundo ele, para a extinção das crenças passadas e fazia brilhar, em seu lugar, as luzes que a razão irradiava em todos os domínios. Em mais de uma carta, das que dirigiu ao Patriarca de Lisboa, não se inibiu de afirmar a sua crença no declínio inevitável da religião, sob os golpes clarificadores das luzes das ciências. Num formato muito próximo do que utiliza no poema que dedica à Serra da Arrábida, na parte VI de *Irradiações*, não deixa de sublinhar a sua conceção iluminista, que se mistura com uma dolente e, estou em crer, sincera consternação:

²² *Ibidem*, p. 138.

²³ *Ibidem*, p. 103.

²⁴ *Ibidem*, p. 123.

vejo, com piedade e tristeza, a implacável ação do tempo destruir instituições que foram o esteio, a força, o enlevo, a crença e a alma das gerações passadas, contemplo, por outro lado, os produtos maravilhosos que as civilizações vão acumulando à superfície da Terra, dando a esta esplendores que dantes não tinha (...). Quase não há, atualmente, no nosso globo, um palmo de terra que não seja iluminado pelo espírito do homem²⁵.

Arriaga mantém firme a convicção no poder que as luzes da razão e as ciências têm nas consciências para vencer todas as obscuridades. Simultaneamente, no plano político, mantém firme a crença, escreve na carta ao bispo de Coimbra, «de que a democracia pura, que é garantia de todos os direitos, sem exclusão dum só, seria o mais sólido alicerce para a coexistência e prosperidades de todas as confissões, escolas, seitas e partidos e que, com tais virtudes, chamaria em pouco tempo à conciliação e bem-estar, toda a família portuguesa»²⁶.

*

Os altos ideais da democracia, da ciência e da justiça que nortearam a ação política do presidente Arriaga não se alteraram ao longo da vida, mas foram, antes, amadurecendo, desde as suas entusiásticas preleções, em Coimbra, em tertúlias na tasca da tia Camila, onde Camilo conheceu o jovem estudante, de perfil esbelto e porte aristocrático, a dissertar «sobre as chagas humanas». Foi a força poderosa das suas convicções que o fez enfrentar, sozinho, com firmeza e ousadia, o dispositivo policial que barrava o acesso ao comício que se realizava no Coliseu de Lisboa, em desagravo da honra da Pátria ofendida pelo Ultimato de 1890. Foi ainda o mesmo espírito combativo que, da primeira vez que tomou posse como deputado, eleito pelo Funchal, pelo Partido Republicano Português, o levou a apresentar uma proposta de alteração do juramento dos deputados, logo após ter cumprido as formalidades para a tomada de posse que obrigavam a jurar fidelidade ao rei²⁷. Em todas estas situações, como em muitas outras, Arriaga foi movido pelos altos princípios em que acreditava, e vimo-lo, em várias situações, de modo particular, na presidência da República, de que nos ocupamos mais em pormenor, um político preocupado e atento a não deixar escapar as ocasiões

²⁵ *Ibidem*, p. 122.

²⁶ *Ibidem*, p. 104.

²⁷ Cf. José Luís Brandão da Luz, «Manuel de Arriaga e a República em Portugal», pp. 135-143.

que julgava favoráveis para intervir no rumo a dar à coisa pública. Não o conseguiu, é certo, pela conjugação indesejável de uma série de fatores que lhe foram tolhendo os movimentos.

Talvez Raul Brandão tivesse sintetizado como ninguém, com a acribia lapidar de que os literatos são capazes, a razão mais determinante desse fracasso, ao traçar o retrato do homem que visitou na véspera de ser eleito presidente da República. Manuel de Arriaga encontrava-se no ambiente burguês da sua intimidade, num cenário a condizer perfeitamente com a sua aparência, cristalizada pelas amarras de um passado que o cercava e fazia dele uma personalidade de um tempo que já não existia: «O velho, que mantém certa aparência de vigor, com a cabeleira branca, a pera branca e a sobrecasaca antiquada, é uma figura arrancada de um quadro romântico. Tudo mudou, a sociedade, que é egoísta, os homens, que são ferozes – só ele se conserva inalterável e ingénuo»²⁸. Em pinceladas de um colorido carregado, traça, de forma premonitória, que chega a ser cruel, as sombras escuras de um tormentoso mandato que se iniciou sob os auspícios da aclamação popular, de que foi alvo, após a eleição, na varanda do palácio de São Bento, rodeado dos correligionários, de semblante carregado, como Reis Leite descortinou, no belo trabalho que referimos atrás.

Raul Brandão ajuda-nos a perceber que não cabe aos velhos decidirem o rumo que as novas gerações deverão seguir. O tempo de Manuel de Arriaga já tinha passado, e o mundo que ele teimava em dirigir pouco tinha a ver com o poeta de *Cantos Sagrados e Irradiações*, bem como com o teórico idealista de *Harmonias Sociais*. O pano caiu, pesado, na boca de cena! E nós cá estamos, todos, a procurar subi-lo e a reacender a luzes do palco em que se jogou o destino de um regime que teve, entre várias personagens importantes, a figura central de Manuel de Arriaga, que a Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta teve o mérito, há já mais de 15 anos, de resgatar do esquecimento.

²⁸ Raul Brandão, *Memórias*, II, p. 336.